



Reunião Nº 15	Data: 06.02.2018	Horário de início: 9:00
Elaborado por: Luciana Rosa	Revisado por: CPAf	Horário de término: 12:00

Reunião da Comissão de Políticas Afirmativas

Principais assuntos	Participantes
<ul style="list-style-type: none"> • Informes sobre o CpaF • Análise da aplicação da Lei de Cotas no Edital 36/2017 de ingresso para o Segundo Ciclo. 	<p>Sandro Augusto Silva Ferreira, Fabiana Lima, Hans Andersen Penalva Gomes, Izadora S. Guedes, Neymar Ricardo Santos da Silva, Jorge Miguel Laje Cerqueira, Larissa da Silva Vieira, Leticia Lacerda de Oliveira, Gabriela Lamego, Mariana Lyra, Roosevelt Fioroti, Rosângela Santos Rocha, Thamiris Pereira David, Vinícius Simas Moreira Neri e Janaina Losada (convidada da Progeac).</p>

Item	Informes e acompanhamentos
1.	<p>Iniciada a reunião o profº Sandro Augusto descreveu a pauta e passou aos seguintes informes:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Publicação da Portaria de nomeação dos membros da CPAf; - Revisão do Edital nº 3/2018 referente a imigração para o 2º ciclo; - Reservas de vagas para as PCD's, cujas categorias foram todas adotadas; - Revisão da nomeação das vagas supranumerárias, reservadas para egressos da escola pública; - Acompanhamento da PROSIS na organização da formatura e da diplomação para que fossem incorporadas normativas recentes ligadas à flexão de gênero; - Pauta da próxima reunião: a adequação nos editais de auxílio, sobre leis que garantem direitos específicos a grupos, como as mulheres, relacionadas a licença maternidade e bolsas acadêmicas, os 4 editais que precisam ser lançados e a proposta final de orçamento para 2018.
2.	<p>Em seguida, o prof Sandro tratou da pauta sobre as denúncias:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Explicou que na última reunião da CPAf foi feita uma discussão sobre o fluxo e a participação da mesma no processo de acompanhamento das denúncias e a discussão não foi finalizada por haver divergências sobre qual seria o fluxo ideal; - Decidiu-se pela urgência em publicar na página da universidade os dados dos cotistas; - Sobre o interesse da PROSIS que por meio da CPAf fosse iniciada uma discussão sobre os mecanismos possíveis de qualificação do nosso sistema de cotas, especialmente sobre o debate acerca da verificação da autodeclaração; - Será realizado um minicurso para tratar desta questão. - Pediu autorização à CPAf para franquear a palavra à estudante Kaline, do DCE, da pasta de Combate ao Racismo em qualquer momento da reunião. - Passou a palavra à profª Janaína Losada.

Item	Informes e acompanhamentos
	<p>JANAÍNA LOSADA:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Agradeceu o convite de ter sido indicada a apresentar um relato a respeito do Edital 36 e das denúncias recebidas em relação à utilização das cotas neste edital. - Relatou que atendeu à demanda solicitada pela Ouvidoria sobre a denúncia verificando novamente toda documentação apresentada pelos estudantes, observando de que cota saiam e para qual cota entravam; - Ressaltou que foram feitas 02 denúncias, uma foi para a Progeac responder e outra o IHAC e que ambas foram respondidas. - Ressaltou que do ponto de vista legal a UFSB atendeu aos critérios estabelecidos pelo MEC e quanto a uma Comissão de Verificação, esse é um critério do Ministério do Planejamento para concursos de servidores, mas que algumas universidades adotavam. Contudo não estava previsto no Edital 36 a comissão de verificação; - Informou que quanto à autodeclaração todos os estudantes citados na denúncia apresentavam a autodeclaração de pardos. <p>SANDRO AUGUSTO FERREIRA:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A Resolução 7 prevê pode ou deve nomear uma comissão para verificação da declaração de renda; - A UFSB vem fazendo esse procedimento através de Comissões de Homologações nas SECAD's nos Campi, nomeadas pelos IHAC's; - Houve diálogo com a DPA sobre a possibilidade de adotar o critério de documentação de renda feito pela PROSIS; - Foi feita uma adequação no Edital 3/2018 quanto ao critério de documentação de renda, tornando necessário apresentar o documento atualizado; - Destacou a necessidade de discutir o papel da CPAf no julgamento da documentação apresentada; - Falou da necessidade de se discutir a necessidade das pessoas refletirem sobre o uso da Lei de Cotas; <p>JANAINA LOSADA: Destacou que embora essa Comissão tenha a função de averiguar a situação de denúncias nada impede que nesse processo de qualificação do debate se estabeleça uma comissão mais constante, até mesmo para evitar que a mesma denúncia vá para unidades diferentes e tenham respostas diferentes para a mesma situação. Para que as respostas sejam o mais institucional possível.</p> <p>VINICIUS NERI: Destacou que o que legitima o processo é o edital e que não se pode exigir o que não está explícito no edital. E que o único questionamento que realmente pode ser verificado no momento é o da renda. E que esses mecanismos de verificação podem ser colocados nos próximos editais.</p> <p>JORGE MIGUEL:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Antes de falar do tema em pauta, Jorge Miguel solicitou à CPAf que verificasse o edital de auxílio evento, pois o referido edital coloca que oferecerá ao estudante um auxílio de 1.000 reais para eventos internacionais o que pode ser entendido de forma dúbia pois há eventos

Item	Informes e acompanhamentos
	<p>internacionais realizados no Brasil e sugeriu alteração para que o auxílio seja usado da forma correta. Foi aprovada a sugestão.</p> <p>- Ressaltou a importância do Edital como instrumento a ser usado para cumprir o que a lei determina para as cotas e que as autodeclarações devem contribuir para fortalecer os direitos dos que realmente se enquadram no perfil.</p> <p>JANAINA LOSADA:</p> <p>- Ressaltou a importância de, no futuro, os editais serem elaborados junto à procuradoria na Universidade;</p> <p>- Destacou que não há vindo do Ministério da Educação uma orientação concreta e única a respeito dessa Comissão de Verificação para lei de cotas.</p> <p>- Destacou que pesquisou o que tem sido feito em outras universidades quanto a criação de comissões de verificação, mas que têm sofrido muitos processos por conta das decisões tomadas por essas comissões. E que, portanto, há prós e contras na adoção dessa medida. Mas ressaltou que tem que estar previsto no edital.</p> <p>GABRIELA LAMEGO:- Ressaltou a importância em se posicionar diante dessa denúncia de agora e acolher as denúncias que têm sido feitas pelos estudantes e verificar as autodeclarações, se são verdadeiras.</p> <p>JANAINA LOSADA: Ressaltou que a Progeac recebeu apenas uma denúncia pela Ouvidoria, que o mecanismo de verificação apontado pelo edital era de examinar a documentação apresentada pelo estudante e que não constava no edital uma comissão de verificação e que tendo a necessidade de apresentar uma resposta institucional à denúncia, se dirigiu à Reitora, profª Joana, e foi tomada uma decisão institucional de formar uma comissão de verificação, sob a organização do Prof. Joel Felipe, com a indicação de 02 membros da CPAf.</p> <p>SANDRO AUGUSTO: Confirmou que houve uma denúncia junto à Ouvidoria e ressaltou que a CPAf vem acompanhando os processos de aplicação e contribuição para a melhoria dos mecanismos de aplicação das ações e que vai acompanhar o trabalho da comissão de verificação.</p> <p>FABIANA LIMA: Solicitou o posicionamento da Reitoria em relação a esse edital que está em curso e que já saiu o resultado e colocou seu ponto de vista de que essa é uma discussão não somente da gestão, mas de um órgão colegiado numa discussão coletiva com todos os segmentos da sociedade.</p> <p>JANAINA: Ressaltou a importância da criação dessa comissão que está sendo criada, que vai ser composta por alguém indicado pela reitoria e também por dois membros indicados pelo CPAf mesmo que a documentação tenha sido examinada como determina a lei.</p> <p>JORGE MIGUEL: Ressaltou que é preciso melhorar os processos de elaboração de editais e a CPAf como órgão colegiado se posicionar em relação à denúncia; que é preciso resguardar o direito de luta e o direito dos movimentos e que as pessoas têm o direito de se manifestar porque o direito dos movimentos está sendo deslegitimado, com respaldo da justiça. Sugeriu que se leve em conta a sugestão de Neymar, sobre o cruzamento de dados com o IBGE.</p> <p>LETICIA LACERDA: Ressaltou a importância em verificar a denúncia feita e destacou que a Resolução nº 7 sugere a criação de uma comissão.</p>

Item	Informes e acompanhamentos
	<p>FABIANA LIMA: Sugeriu que é necessário pensar em ações contínuas para o cotidiano da UFSB, que essa denúncia é uma questão administrativa e jurídica, mas que passa também por um viés político educacional.</p> <p>IZADORA GUEDES: Destacou que a universidade não necessita de resolução para verificar a legalidade de seus atos e que a administração tem a obrigação de rever suas decisões quando necessário, como no caso desta denúncia. Citou o exemplo da UESB quando da instauração do sistema de cotas naquela universidade, que sofreu denúncias e contou com a participação ativa dos movimentos negros nas apurações.</p> <p>HANZ ANDERSEN: Destacou que não se pode levar em consideração que o edital é a lei pois o mesmo possui várias falhas e que esse processo de seleção para as cotas vem apresentando problemas desde o primeiro ciclo.</p> <p>ROSANGELA SANTOS: Ressaltou que é imprescindível garantir os direitos dos pretos, pardos e índios, oriundos de escolas públicas, mais ainda com toda a luta que foi feita para conseguir a cota de 75%.</p> <p>HANZ ANDERSEN: Sugeriu que o melhor caminho seria reparar erros cometidos contra algum discente que foi prejudicado do que punir outro discente, como fez a Progeac com o curso de Medicina que chamou mais três alunos em janeiro, totalizando 90 vagas ao invés de 80.</p> <p>NEYMAR: Destacou que se for comprovado que um estudante selecionado para entrar pela cota tenha conseguido entrar burlando a lei se autodeclarando negro, pardo ou indígena sem o ser, isso deve ser averiguado por uma comissão e a decisão seja revertida para que seja garantido o direito de quem realmente deva ser contemplado.</p> <p>JANAINA LOSADA: Ressaltou que foi convidada pela CPAF para expor o teor das denúncias que a Progeac recebeu, o caminho que as denúncias fizeram, pois houve ação da Ouvidoria, do Serviço de Informação ao Cidadão, de mecanismos judiciais e que ação que ela expõe na reunião se refere a da Ouvidoria, que ela sempre concordou com a cota dos 75% e inclusive opinou que já fosse utilizado esse critério desde o edital 36, mas que naquele não seria possível. Destacou que as decisões institucionais feitas junto com a Reitoria não foram monolíticas e sim fruto de debates realizados internamente e até mesmo após pesquisas feitas em outras universidades como a de Uberlândia.</p> <p>JORGE MIGUEL: Ressaltou a importância de a CPAF se posicionar a favor dos denunciante, no caso de Moisés, pois a Universidade fez tantas abordagens sobre a Lei de cotas, relações étnico-raciais, e ainda assim houve estudantes que agiram de má fé.</p>

Item	Informes e acompanhamentos
	<p>JANAINA LOSADA: Ressaltou que como a denúncia é anônima, ao preparar a resposta a Progeac não toma conhecimento de quem faz a denúncia.</p> <p>DCE: Destacou que compreende a dificuldade de se analisar uma autodeclaração, mas que a Universidade já deveria ter pensado que poderia acontecer isso e se preparar para isso.</p> <p>SANDRO AUGUSTO:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ressaltou a proposta da Reitoria, para compor uma comissão nomeada pela Reitoria e com 02 membros indicados pela CPAF para ampliar as discussões sobre os mecanismos de ações afirmativas, proposta para recuperar os estudos sobre a autodeclaração. - Propôs que no dia 21 de março fosse feita uma atividade da CPAF, uma publicação de uma nota em defesa das ações afirmativas, produzindo aquilo que é chamado de constrangimento ético de cobrar das pessoas a responsabilidade no momento da declaração, além de curso com especialistas para poder ampliar a nossa qualificação. - Ressaltou que até esse momento a universidade precisa dar respostas a partir do que a legislação oferece que vai desde a lei de cotas à própria Resolução nº 7 e que cabe uma consulta à Procuradoria para dirimir dúvidas e que no entendimento dele não há consenso se o mecanismo de verificação por meio de uma comissão deva ser implementado agora, em virtude de não haver legislação específica para isso - Perguntou aos membros presentes na reunião se desejavam apresentar uma proposta para atender aos editais vigentes ou aos próximos editais. <p>FABIANA LIMA: Sugeriu a criação de uma outra Comissão representada por diversas categorias que escute todos os segmentos da sociedade, além dessa que vai ser criada para analisar a denúncia apresentada, seguindo a determinação da Resolução nº 7.</p> <p>SANDRO AUGUSTO: Destacou a criação das duas comissões como propostas a serem votadas na reunião, uma com o objetivo de verificar a denúncia, composta por membros indicados pela CPAF e Reitoria e outra, sugerida pela Profª Fabiana Lima, contando com a participação das diversas representações da universidade e sociedade.</p> <p>FABIANA LIMA: Discordou de que o posicionamento da CPAF ser de defesa de um único denunciante e ressaltou que deva ser um documento que defenda todo e qualquer denunciante. Convidou os presentes no sentido de quem quiser participar da Campanha 21 dias Sem Machismo, de 1º a 21 de março.</p> <p>SANDRO AUGUSTO: Sugeriu que fosse decidida proposta de nomear os representantes da CPAF para a comissão institucional indicada pela Reitoria e depois a CPAF tem prerrogativa para organizar a comissão indicada pela profª Fabiana Lima.</p> <p>ISADORA GUEDES: Compreendeu que a comissão instaurada pela reitoria vai analisar a denúncia que foi feita para a instituição recebida pela reitoria e a reitoria está constituindo uma</p>

Item	Informes e acompanhamentos
	<p>comissão da qual haverá representantes da CPAF e que após analisado esse caso específico essa comissão se desfaz.</p> <p>JORGE MIGUEL: Destacou a importância das escolhas representativas sejam feitas através de um processo de consulta, como feito para a representação discente na CPAF, que foi escolhida pelo DCE.</p> <p>NEYMAR RICARDO: Destacou que vê a CPAF como uma instância estratégica e não concordou que a mesma ficasse com a função de execução e sim de delegação e que como houve falha no procedimento quanto ao edital é preciso apurar e corrigir, sem precisar anular todo o processo e que a nova comissão para apurar poderia ser permanente.</p> <p>JANAINA LOSADA: Sugeriu que a comissão de verificação a ser criada fosse temporária e específica para atender à denúncia de agora e que depois se organizasse uma comissão para atender permanentemente essas situações nos próximos editais.</p> <p>SANDRO AUGUSTO: Sugeriu que as propostas fossem de criar duas comissões, uma para verificação da denúncia e assim a CPAF deveria indicar 02 representantes e outra comissão a ser organizada posteriormente, em outra reunião a ser agendada, pela CPAF, para desenvolver as atribuições que não estão previstas na Resolução.</p> <p>ISADORA GUEDES: Ressaltou que não concordou que a Resolução 7 seja parâmetro para se criar uma comissão de averiguação de denúncias de fraudes se isto não estiver previsto na Resolução 7.</p> <p>SANDRO AUGUSTO: Ressaltou a importância de solicitar à procuradoria jurídica colaboração para interpretar da Resolução 7 a qual é o suporte legal que a CPAF possui para realizar suas atividades.</p> <p>ISADORA GUEDES: Ressaltou que compreende que a CPAF já é a comissão responsável por fazer valer as atribuições previstas na Resolução quanto às políticas afirmativas e percebe que está se discutindo na reunião a criação de outra comissão para fazer isso.</p> <p>SANDRO AUGUSTO: Ressaltou como urgente a correção da Resolução 7.</p> <p>JANAINA LOSADA: Ressaltou a importância de se indicar na reunião os nomes para a constituição da Portaria tendo em vista a necessidade de se responder o mais rápido possível à solicitação do denunciante.</p> <p>ISADORA GUEDES: Sugeriu Rosângela como representante.</p> <p>SANDRO AUGUSTO: Sugeriu o nome de Neymar Ricardo também.</p> <p>JORGE MIGUEL: Sugeriu a profª Fabiana Lima.</p> <p>SANDRO AUGUSTO: O grupo decidiu Rosângela e Fabiana Lima.</p>

Comentado [L1]:

Item	Informes e acompanhamentos
	<p>JORGE MIGUEL: Sugeriu que nos próximos convites para reuniões na qual se discutissem editais que fosse colocado no convite “convocação para discutir os editais” e não “convocação para aprovação dos editais” pois ressaltou a importância do debate.</p> <p>SANDRO AUGUSTO:</p> <ul style="list-style-type: none">- Ressaltou a importância de todos fazerem leitura das minutas dos editais para a próxima reunião para melhor contribuir com a construção dos mesmos;- Ressaltou que vão corrigir o edital de bolsa auxílio eventos no que se refere à parte que trata do auxílio para eventos internacionais. <p>NEYMAR RICARDO: Sugeriu que as reuniões do CPAF passassem a ser divulgadas pelo canal do Youtube.</p> <p>SANDRO AUGUSTO:</p> <ul style="list-style-type: none">- Destacou que foi aprovada a correção sugerida por Jorge Miguel;- Ressaltou a importância de trabalhar a composição da nota;- Lembrou que Neymar Ricardo solicitou a aprovação da divulgação das reuniões do CPAF serem feitas também pelo canal do Youtube.;- Relatou que Isadora sugeriu que a gravação seja feita a partir das próximas reuniões já que isso só foi aprovado nessa reunião.- Pediu a discussão da pauta de composição de nota para reunião de quinta-feira e a pauta dos 4 (quatro) editais, terminando na sexta-feira.- Convidou a profª Fabiana Lima a preparar uma proposta de composição de nota para ser discutida na próxima reunião.